



Igualdade

Plano Nacional traduz "consistência e persistência" das políticas públicas - Silva Pereira

2010-12-16, 20:21

Lisboa, 16 dez (Lusa) - O ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, anunciou hoje que o IV Plano Nacional para a Igualdade representa "trabalho, ambição e compromisso" e traduz "a consistência e a persistência" das políticas públicas nesta matéria.

O Plano foi apresentado hoje, em Lisboa, um dia depois de ter sido aprovado em Conselho de Ministros.

Silva Pereira realçou que o Governo tem "uma agenda social" apesar da "prioridade da consolidação das contas públicas".

O IV Plano Nacional para a Igualdade - Género, Cidadania e Não Discriminação (PNI) defende a importância de uma maior proximidade entre as organizações e a população. Por isso, a rede de municípios que promovem a igualdade de género e as associações não governamentais passam agora a ser parceiros estratégicos na implementação das políticas públicas de igualdade e não discriminação.

As 95 medidas do IV Plano Nacional para a Igualdade, que define as políticas públicas para os próximos três anos, estão divididas em 14 áreas estratégicas, que vão desde a integração da dimensão de género na administração pública, central e local até à independência económica.

De acordo com o ministro da Presidência, este plano foi elaborado tendo em conta o nível de execução dos anteriores e traduz a "consistência das políticas públicas para a Igualdade de Género".

"Este plano segue uma orientação, um rumo e prioridades. É esse o seu objetivo. Tornar o caminho claro, claro nas políticas públicas para os diferentes ministérios para as políticas setoriais, claro também para a sociedade para afirmar-se como uma referência", defendeu o ministro perante uma plateia de várias dezenas de pessoas.

Silva Pereira sublinhou que este é um Plano de "trabalho, de ambição e de compromisso" porque organiza e distribui trabalho, ao apresentar 95 medidas concretas, e porque não é conformista.

A cerimónia de apresentação do Plano contou também com a presença da secretária de Estado da Igualdade, Elza Pais, que disse que, no âmbito do desenvolvimento deste Plano, estão previstos 77 protocolos com autarquias, bem como a implementação de Planos Municipais para a Igualdade em mais dec 100 municípios.

Além da igualdade de género, o PNI refere também as outras discriminações, como o caso das pessoas deficientes, os LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgéneros) ou a população mais jovem.

O PNI vem ainda reforçar a articulação com outros planos e programas nacionais sectoriais como o Plano para a Integração de Imigrantes ou o Plano Nacional de Saúde.

SV/SIM.